

Uso exclusivo dos Correios

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Mudou-se | ☐ Desconhecido |
| ☐ End. Insuficiente | ☐ Falecido |
| ☐ Não existe o número | ☐ Outros |

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

Responsável - visto: _____

www.sinter-mg.org.br

NESTA
EDIÇÃO

PANDEMIA EVIDENCIA DESMONTE DO TRABALHO E DO SERVIÇO PÚBLICO



02

SINTER-MG segue
lutando pela
nomeação dos
concursados

04

Balanço
Fiscal 2019

E mais:

Sindicato realiza Reunião Virtual do
Conselho Deliberativo para encaminhamento
de demandas dos trabalhadores



SINTER-MG
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Pandemia evidencia desmonte do trabalho e do Serviço Público

A pandemia do COVID-19 evidenciou a diferença de forças nas relações do trabalho no País. Apesar de ser comum a frase: “estamos no mesmo barco”, os prejuízos amargados pelos mais ricos, nem de longe se aproximam das perdas e sofrimentos da população mais pobre.

Sob a justificativa de necessidade de mais recursos, o governo, a serviço do capital, publica uma série de medidas para retirar direitos, como redução de salários, congelamento de reajustes dos servidores públicos, carteira verde e amarela, que precariza direitos trabalhistas, aposentadoria compulsória de servidores públicos, dentre outras. O governo segue cobrando a conta de quem mais precisa de proteção e, mesmo tendo caminhos mais justos no campo social, como taxar grandes fortunas e lucros, a opção sempre é pela “carne” do trabalhador.

As centrais sindicais, os sindicatos e movimentos sociais seguem enfrentando a ofensiva contra os trabalhadores, negociando diretamente com empresas e governos, e pressionando parlamentares. O SINTER repudia qualquer medida de mudança nas leis trabalhistas, que prejudique os trabalhadores e os obrigue a conviver com um orçamento ainda mais limitado.

O Estado tem o papel de garantir e assegurar o bem-estar da população, e para isto necessita de fortalecimento e não de privatizações, que vão na contramão deste processo. O momento é de acabar com o teto de gastos, fortalecer instituições de pesquisa e universidades e, principalmente o SUS, além de fomentar políticas públicas que tragam garantias à população, no trabalho, na renda e na saúde.

Sindicato realiza reunião virtual do Conselho Deliberativo para encaminhamento de demandas dos trabalhadores

Somente a luta e a persistência garantem conquistas. Foram muitas reuniões, manifestações, duas audiências públicas na Assembleia Legislativa, diálogos com parlamentares, Empresa e representantes do governo até conseguirmos a realização do Concurso, em 2018. A batalha agora é pela nomeação dos concursados. O Sindicato ressalta que essas nomeações são de extrema importância para reduzir a sobrecarga de trabalho vivida atualmente na Empresa e assegurar que os agricultores familiares tenham acesso à prestação do serviço de assistência técnica gratuito e de qualidade, como lhes é assegurado na Constituição Estadual.

Em ação mais recente, o Sindicato buscou novamente o apoio do Legislativo na pressão ao governo para que os nomeados sejam convocados. Foi encaminhada correspondência aos parlamentares e reforçado que está em construção um plano de desligamento voluntário (PDV), e, caso não haja a reposição, a sobrecarga de trabalho será ainda maior. Confira em nosso site o documento encaminhado e cobre do seu(ua) deputado(a) que apoie a convocação dos concursados da Emater-MG. A convocação combate a precarização do emprego e fortalece a prestação do serviço de ATER.

GOVERNO DE MINAS SEGUE OMISSO NA NOMEAÇÃO DOS CONCURSADOS DA EMATER-MG

OMISSÃO*

Falta de ação no cumprimento de um dever...

***dicio.com.br**

SINTER realiza Assembleia Virtual para aprovação do Balanço Fiscal

As contas do exercício financeiro de 2019 do SINTER-MG foram aprovadas em assembleia geral ordinária realizada no dia 23/6, via videoconferência. A assembleia contou com a participação de membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, associados e representante da contabilidade que presta serviço ao Sindicato, que esclareceu os participantes sobre eventuais dúvidas.

Além de apresentar o balanço fiscal, o diretor

financeiro, Carlos Augusto de Carvalho, apresentou também o parecer de aprovação do Conselho Fiscal, que analisou previamente e detalhadamente as contas para o exercício. O diretor financeiro reforçou ainda o compromisso, transparência e responsabilidade da gestão do Sindicato nos gastos, zelando e cuidando para que os recursos dos trabalhadores sejam bem aplicados em suas lutas e na busca por condições dignas de trabalho.

Expediente



SINTER-MG
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua José de Alencar, 738 | Nova Suíça | Belo Horizonte/MG | CEP 30421-045
Telefax: 31 3334 3080
www.sinter-mg.org.br | contato@sinter-mg.org.br

DIRETORIA COLEGIADA DO SINTER-MG

Diretor Geral: Fábio Alves de Moraes | Diretor Secretário: Ronaldo Vieira Aquino | Diretor de Administração e Finanças: Carlos Augusto de Carvalho | Diretor de Comunicação e Cultura: Janyá Aparecida de Paula Costa | Diretor de Assuntos Jurídicos: Pascoal Pereira de Almeida | Diretor de Formação Política e Sindical: Rubem de Almeida | Diretor de Assuntos de Agricultura Familiar e Reforma Agrária: Leni Alves de Souza | Diretor de Assuntos dos Aposentados: Reinaldo Bortone

DIRETORES DE BASE

Norte: Dinamar Dias Barbosa | Centro: Silmara Aparecida Cota Campos | Triângulo: Cláudia Aparecida Sabino El Armali | Alto Paranaíba e Noroeste: Guiomar Magela da Mota | Leste: Wildes Vilarino Ferreira | Zona da Mata: Célio Alexandre de Oliveira Barros | Sul: André Martins Ferreira

REPRESENTANTES DAS SEÇÕES SINDICAIS

Janaúba: Raimundo Mendes de Souza Júnior | Januária: Fernando Cardoso de Oliveira | Montes Claros: Fernanda Maria Lima Maia | Salinas: Maria Dolores Patente Tanure | Barbacena: Tadeu César Gomes de Azevedo | Belo Horizonte: Walfrido Machado Albernaz | Curvelo: Marilson Dalla Bernardina | Divinópolis: Virgínio Alves Pereira Neto | Uberaba: Simone da Consolação Silva Ribeiro | Uberlândia: Carlos Miguel Rodrigues Couto | Patos de Minas: José dos Reis Pereira | Unai: Estelha Maria da Silva Lima | Almenara: José Geraldo Lisboa de Matos | Capelinha: Ismael Mansur Furtado | Governador Valadares: Lilian Gonçalves Barroso | Teófilo Otoni: Paulo Ernesto Palmieri | Cataguases: Josele Almeida de Souza | Manhuaçu:

Adenilson Mendes Chaves | Juiz de Fora: Wellerson da Fonseca Masson | Viçosa: Margareth do Carmo Cruz Guimarães | Alfenas: Patrícia Regina Domingos | Lavras: Francisco Carlos Pedro | Pouso Alegre: Daniel de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Ione Quadros Maia Carvalho | Noé de Oliveira Fernandes Filho | Paulo César Thompson | Lúcio Passos Ferreira | Darci Maria do Rosário

CONEXÃO SINTER

Coordenação: Janya Costa | Participação: Diretoria/Jurídico SINTER-MG | Fotos: Liliane Mendes/Arquivo SINTER | Diagramação: Dante Cançado | Projeto Gráfico: Somanyideas | Jornalista Responsável: Liliane Mendes - 0019118/MG | Tiragem: 500 exemplares

Para sugestões, comentários e críticas sobre o Conexão SINTER-MG contato@sinter-mg.org.br

Sindicato realiza reunião virtual do Conselho Deliberativo para encaminhamento de demandas dos trabalhadores

O Conselho Deliberativo do SINTER participou na tarde do dia 23/6, de reunião via videoconferência para debater assuntos de interesse dos trabalhadores da Extensão Rural.

Durante a reunião o grupo discutiu sobre rumos das negociações coletivas com a Empresa, paralisada em função da pandemia, argumento utilizado pelo Estado para se recusar a discutir reivindicações de diversas categorias. O grupo encaminhou que sejam discutidas ações de mobilização para que os trabalhadores, que estão com os salários defasados, possam buscar a abertura das negociações, visto a importância da assistência técnica aos produtores rurais.

A assessora jurídica do Sindicato, Maria Ilca Fernandes, participou da reunião e informou que foi instaurado o dissídio coletivo do ACT de 2019, aguardando-se próximos trâmites processuais. Reforçado ainda que, mesmo não tendo acontecido acordo pela via negocial em 2019, o ACORDO COLETIVO continua vigente, até que se firme novo ACT ou haja decisão judicial sobre o dissídio.

Ouro assunto abordado por Maria Ilca foi a EC 103/2019, que estabeleceu que aposentadoria, no Regime Geral - INSS - empregados celetistas, rescinde o vínculo de emprego, equiparando-se ao pedido de demissão. Apesar de ampla luta das entidades sindicais contra a aprovação da reforma previdenciária na época, o desmonte foi aprovado e traz prejuízos aos trabalha-

dores. Nesse caso, o direito é de apenas as parcelas rescisórias, sem indenização do FGTS, por exemplo. Ressalta-se que o que importa é a data do requerimento da aposentadoria, se anterior a 13/11/2019, não causa o encerramento do contrato, mesmo que o recebimento ocorra posteriormente. Também não há possibilidade, nesse contexto normativo, de se requerer a aposentadoria posterior a 11/13/2019, com ressalva de que se considere apenas até 12/11/2019, para seu cálculo e, com isso, não ser atingido por tal efeito, rompimento do contrato. O direito adquirido

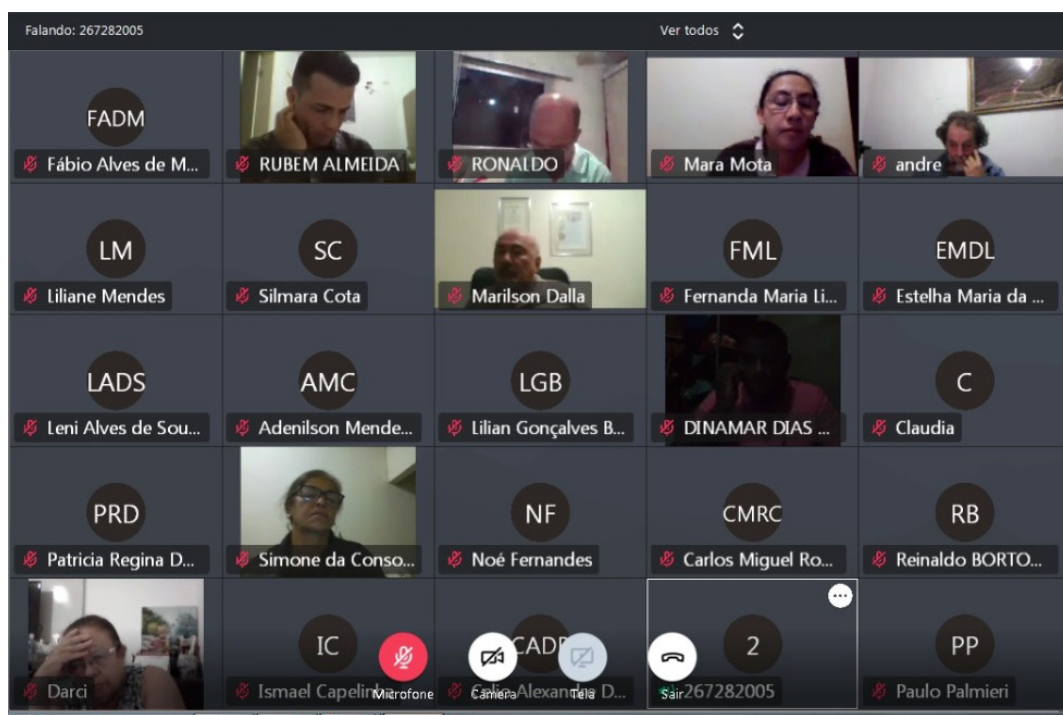
informar ao Sindicato todo e qualquer ato gerencial que coloque em risco a segurança dos trabalhadores, especialmente os do grupo de risco.

Quanto ao PDV, o Sindicato reforça que, dentre as sugestões apresentadas pelo Sindicato destacam-se, proposta de que montantes menores de indenização sejam pagos em menor número de parcelas; garantia de um ano de vale alimentação e um ano de participação no plano de saúde pela empresa, buscando um plano mais justo que não penalize quem tenha menores salários. E, não menos importan-

te, que a aprovação do PDV esteja atrelada à nomeação dos concursados, como condição prioritária.

Sobre o reajuste no plano de saúde, a Cabefe respondeu ao pedido de vistas ao estudo atuarial que embasou o aumento informando que o documento é uma ferramenta interna de gestão que mostra a solvência do plano, não sendo o único balizador que justificou o aumento, não o

disponibilizando conforme pedido. Acrescentou que o plano ainda é dos mais baratos do mercado, que existe um envelhecimento real dos associados e dependentes, além de um aumento considerável nos custos. Dada as considerações, o Conselho deliberativo está analisando as ações possíveis para continuar essa negociação junto à Cabefe e Empresa, buscando menores prejuízos que possam inviabilizar a continuidade dos associados no plano. Acesse nosso site e confira a resposta da CABEFE à solicitação do SINTER-MG.



quanto à aposentadoria é quanto as regras de cálculo, que se melhores que a nova regra, terão de ser adotadas.

Em relação ao regime de teletrabalho e medidas que garantam e resguardecam a saúde dos trabalhadores da extensão rural, seus clientes e familiares, o Sindicato segue acompanhando a atuação de gerentes da Empresa, que convocaram, de forma irregular, os trabalhadores a retornar ao atendimento presencial. Acordou-se que os dirigentes sindicais acompanhem a situação dos trabalhadores, orientando-os a

O SINTER-MG torna público seu balanço patrimonial, garantindo a transparência na prestação de contas relativas ao ano de 2019. Por meio do balanço, podem ser verificadas as principais informações sobre as ações financeiras e patrimoniais do Sindicato.

O SINTER, ao prestar contas dos recursos arrecadados, quer destacar os aspectos seguintes:

1º. A principal fonte de arrecadação do sindicato, cerca de 70%, é a contribuição dos seus sócios;

2º. Os recursos são utilizados nas atividades fins do Sindicato, tais como: assembleias, reuniões dos sócios e da diretoria, conselhos deliberativo e fiscal, comunicação, encontros, seminários, atividades formativas e atividades de mobilização da categoria.

Ativo Circulante

CIRCULANTE	31/12/2019	31/12/2018
DISPONIBILIDADES		
Caixa	R\$ 2.146,88	R\$ 2.885,84
Bancos Conta Movimento	R\$ 80.704,14	R\$ 60.985,89
Aplicações Financeiras	R\$ 988.745,67	R\$ 1.179.392,74
Realizável		
Adiantamento a Associados	R\$ 15.608,68	(R\$ 2.711,00)
Bloqueio Judicial	-	-
Adiantamento Férias	-	R\$ 3.143,00
Total do Circulante	R\$ 1.087.205,37	R\$ 1.243.696,47
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Associados Diversos	R\$ 9.753,31	R\$ 9.753,31
Bloqueio Judicial	R\$ 9.828,51	-
Imobilizado		
Imobilizações Técnicas	R\$ 194.772,50	R\$ 194.772,50
Obras em Andamento	R\$ 1.038.769,42	R\$ 878.140,80
Total Ativo não Circulante	R\$ 1.253.123,74	R\$ 1.082.666,61
Total Ativo	R\$ 2.340.329,11	R\$ 2.326.363,08

Passivo Circulante

CIRCULANTE	31/12/2019	31/12/2018
EXIGÍVEL		
Obrig. Sociais/Trabalhistas	R\$ 13.202,34	R\$ 12.558,98
Adiantamentos	-	-
Total Passivo Circulante	R\$ 13.202,34	R\$ 12.558,98
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social	R\$ 2.313.804,10	R\$ 2.349.310,35
Resultado do Exercício	R\$ 13.323,09	(R\$ 35.506,25)
Ajuste Exercícios Anteriores	(R\$ 0,42)	-
Total Patrimônio Líquido	R\$ 2.327.126,77	R\$ 2.313.804,10
Total do Passivo	R\$ 2.340.329,11	R\$ 2.326.363,08

Receitas Operacionais

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS OPERACIONAIS		
Contribuições Associados (EMATER/Aposentados)	R\$ 693.726,93	R\$ 688.731,39
Contribuição Sindical	-	-
Doações/Donativos	R\$ 3.493,42	R\$ 20.022,55
Custas Judiciais	R\$ 7.383,42	R\$ 2.751,50
Créditos a Identificar	-	-
(-) Devolução de Contribuição	-	-
Total das Receitas Operacionais	R\$ 704.603,77	R\$ 711.505,44

Despesas Operacionais

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2019	31/12/2018
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Operacionais	(R\$ 733.999,71)	(R\$ 798.250,05)
Despesas Financeiras	(R\$ 16,40)	(R\$ 275,88)
Despesas Tributárias	(R\$ 17.198,85)	(R\$ 28.058,89)
Total das Despesas Operacionais	(R\$ 751.214,96)	(R\$ 826.584,82)

Resultado do Exercício

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2019	31/12/2018
Resultado Líquido do Exercício	(R\$ 46.611,19)	(R\$ 115.079,38)
Receita Extra Operacional	R\$ 59.934,28	R\$ 79.573,13
RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ 13.323,09	(R\$ 35.506,25)

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 21.943.758/0001-33 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Balanço Patrimonial de 2019

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	R\$ 2.313.804,10	-	R\$ 2.313.804,10
Resultado do Exercício em 2019	-	R\$ 13.323,09	R\$ 13.323,09
Transf. para Patrimônio Social	-	-	-
Ajuste do Exercício Anterior	-	(R\$ 0,42)	(R\$ 0,42)
Saldo em 31/12/2019	R\$ 2.313.804,10	R\$ 13.322,67	R\$ 2.327.126,77

Demonstração de Fluxo de Caixa

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECEBIMENTOS:		
Recursos Governamentais	-	-
Projetos Incentivados	-	-
Doações e Parcerias	R\$ 704.603,77	R\$ 711.505,44
Recebimento de Juros	-	-
Outras Receitas	R\$ 59.934,28	R\$ 79.573,13
PAGAMENTOS:		
Fornecedores	(R\$ 619.690,87)	(R\$ 670.517,89)
Impostos	(R\$ 6.622,27)	(R\$ 28.058,89)
Salários	(R\$ 110.015,76)	(R\$ 114.381,54)
Rendimentos Autônomos	(R\$ 28.467,81)	(R\$ 119.325,91)
Juros	(R\$ 16,40)	(R\$ 275,88)
Despesas antecipadas	(R\$ 155.784,04)	(R\$ 168.956,50)
Contas diversas	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(R\$ 156.059,10)	(R\$ 310.438,04)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda de imobilizado	-	-
Pagamento pela compra de imobilizado	-	(R\$ 1.913,77)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	-	(R\$ 1.913,77)

	2019	2018
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimento por empréstimos	-	-
Pagamento de empréstimos	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de empréstimos	-	-
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(R\$ 156.059,10)	(R\$ 312.351,81)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	R\$ 1.243.264,47	R\$ 1.555.616,28
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	R\$ 1.087.205,37	R\$ 1.243.264,47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais é uma Pessoa Jurídica Privada, sem fins lucrativos, instituída em 24/03/1986, com tempo de duração indeterminada e com sede em Belo Horizonte - MG.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e de acordo com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, inclusive, as que tangem as Entidades sem fins lucrativos.

2.1 - A entidade adotou o regime contábil de competência.

2.2 - As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo seu valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do Balço.

2.3 - O imobilizado é demonstrado através de seu custo de aquisição, não sendo depreciado, composto pelo seguinte conjunto de bens:

Computadores	R\$ 15.550,38
Imóveis	R\$ 125.000,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 15.247,68
Obras em Andamento	R\$ 1.038.769,42
Veículos	R\$ 38.974,44

2.4 - A entidade teve os seguintes resultados operacionais, em suas diversas áreas de atuação no ano de 2019.

Superávit	R\$ 13.323,09
-----------	---------------

2.5 - A entidade recebeu as seguintes contribuições, durante o exercício de 2019.

Contribuição de Associados (EMATER/Aposentados)	R\$ 693.726,93
Custas Judiciais	R\$ 7.383,42
Doações/Donativos	R\$ 3.493,42

2.6 - A posição das Obrigações Sociais em 31/12/2019 eram as seguintes:

FGTS	R\$ 241,74
INSS	R\$ 928,36
IRRF	R\$ 3.038,84
PIS	R\$ 30,22
SALÁRIOS	R\$ 1.876,00
INSS RETENÇÃO	R\$ 88,00
PIS/COFINS/CSLL - RETENÇÃO	R\$ 741,10
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	R\$ 69,63

2.7 - A posição de valores a receber referente à prestação de contas de associados em 31/12/2019.

Associados	R\$ 15.608,68
------------	---------------

Bens Patrimoniais

1 sede própria	1 refrigerador Electrolux de 240L	1 Palio Attractive 1.4 (2012)	5 computadores com monitor
2 estantes de aço	1 impressora laser HP - 1020	1 forno microondas Continental	5 aparelhos telefônicos
1 rádio gravador	1 central de PABX Leucotron	1 servidor IBM2582 EMP X3100	1 máquina de escrever eletrônica
1 fogão com botijão	1 gravador digital	1 multifuncional Lexmark Pro 5500	1 computador HP 402 G1
5 colchões	1 impressora HP - F4280	1 monitor LG led 19"	1 armário
1 lavadora GE 15kg	1 scanner PRC 130	2 arquivos de aço	1 acervo bibliográfico
1 fax multi HP - OJ 3680	1 impressora Samsung ML 216 5W	1 aparelho vídeo cassete	30 cadeiras fixas
1 videoteca	3 cadeiras grandes	4 cadeiras giratórias	2 ventiladores
1 máq. fotográfica digital Sony H70	7 mesas p/ reunião e escritório	Computador HP Intel Core i3-7100, 4GB	Bens Adquiridos em 2019
1 Câmera Digital Canon EOS T5 com lente 15.55 e SD 32 Gb	PC Micro Xcon HVB1SWITCH 24 portas	HD 500GB	
1 Lavadeira alta pressão Re 881450	1 Microcomputador Portátil DELL 15 5566	Computador HP Intel Core i3-7100, 4GB	1 HD Externo
1 No-Break Back-UPS 1500VA825			1 Fragmentadora de papel

Bens em Baixa

3 cabideiros	1 TV 14" com controle	1 bebedouro	2 armários
3 cadeiras giratórias			

Reconhecemos a exatidão do Presente Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019.


 FABIO ALVES DE MORAIS
 CPF 697.875.516-20
 DIRETOR GERAL


 ALUISIO BARBOSA JR. CONTABILIDADE LTDA – CRC-MG 6895/0-3
 RT: ALUISIO BARBOSA JUNIOR – CRC MG: 52.782/0-2
 CPF: 519.794.626 – 15

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Após análise e verificação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do ano civil de 2019, reconhecemos sua exatidão, tendo sido conferidos os documentos por amostragem.

Belo Horizonte, 12 de março de 2020.

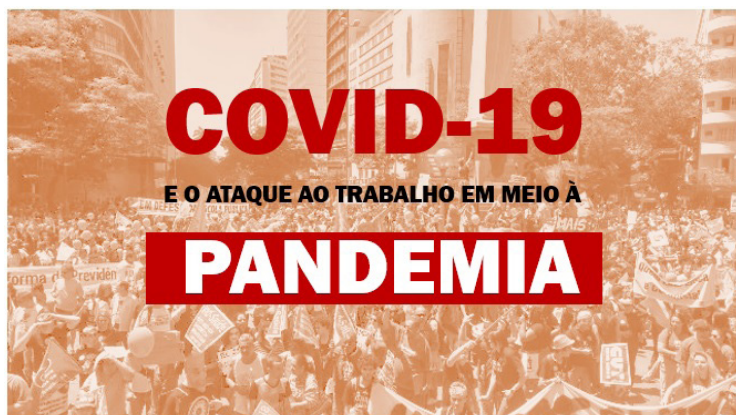

 Darci Maria do Rosário Julião
 Conselheiro Fiscal


 Ione de Quadros Maia Carvalho
 Conselheiro Fiscal


 Noé de Oliveira Fernandes Filho
 Conselheiro Fiscal

Os números da informalidade e a farsa do novo empreendedorismo.

Artigo de Maister F. da Silva*



O novo coronavírus fez ruir o esteio que sustentava o frágil discurso neoliberal do novo empreendedorismo e das reformas neoliberais para adequar o mercado de trabalho ao novo século. O amontoado humano que são as cidades brasileiras e as grandes metrópoles do mundo, o desemprego crescente, a insegurança, a desregulação e desregulamentação do mercado de trabalho e o adoecimento mental são alguns dos sintomas disruptivos que a era do capital financeiro e especulativo nos impõe.

O trabalho informal abrange uma série de trabalhadores no país, segundo o último dado divulgado pelo IBGE, algo em torno de 38,08 milhões de trabalhadores, isso representa mais de 40% dos trabalhadores, num universo de pouco mais 210 milhões de habitantes. A noção de trabalho informal remete aos trabalhadores que enfrentam desvantagem e problemas em comparação com os trabalhadores formais (aqueles que se encontram assegurados por algum tipo de contrato entre empregado e empregador, seja pela CLT, seja pelo Estatuto do Servidor Público) os informais, portanto, são privados de condições básicas ou mínimas de proteção social. Seu labor é caracterizado pela indefinição dos locais de trabalho, condições de trabalho que não garantem saúde nem segurança, baixos níveis de qualificação e de produtividade, rendimentos baixos e irregulares, longas jornadas de trabalho, falta de acesso à informação, aos mercados, ao financiamento, à formação e à tecnologia.

A reorganização produtiva do pós-guerra que aqueceu a economia mundial absorveu a massa trabalhadora, bem ou mal qualificada e manteve taxas de crescimento contínuas aos países minimamente industrializados não existe mais. No Brasil as pequenas e médias empresas, maioria familiares, que desabrocharam ainda nas décadas de 70 e 80 com a migração para as cidades e que respondem por 27% do PIB, agora encontram seu fim e dificilmente terão força ou incentivo para retomar suas atividades.

A segunda pesquisa do SEBRAE, “O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios”, realizada entre os dias 3 e 7 de abril, concluiu que mais de 60% dos pequenos negócios que

buscaram empréstimos, tiveram crédito negado. Dia 30 de abril o presidente do SEBRAE e ex-deputado federal pelo DEM, Carlos Melles, afirmou em entrevista a Istoé Dinheiro “o MEI é o emprego do futuro e a flexibilidade é necessária para reduzir o desemprego. Há outros indicadores que nos deixam otimistas. Na crise, de 25% a 30% das micro e pequenas podem fechar, mas outras empresas vão entrar no lugar. As MPEs têm uma incrível capacidade de se reinventar”, e na fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril o Ministro da Economia afirmou que o governo deve gastar dinheiro para salvar as grandes companhias. Ou seja, o novo empreendedorismo brasileiro é uma farsa traduzida em milhares de trabalhadores informais, transformados em CNPJ.

A hegemonia do capital financeiro especulativo, a crescente automatização e a preponderância do agronegócio no campo, especialmente, tornaram o clássico exército de reserva em um amontoado de seres humanos que podemos caracterizar como lixo humano descartável. O “novo empreendedorismo” não é senão estratégia de sobrevivência em meio ao capitalismo globalizado e cada vez mais excludente, isolado da solidariedade de subsistência dos povos do campo e excluído da vida política e cultural da cidade tradicional.

É preciso desmontar certos mitos, o primeiro é afirmar categoricamente que informalidade não é emprego. Dia 28 de maio o jornal “Folha de SP”, publicou matéria intitulada “oferta de vagas informais entra em colapso e mercado de trabalho perde seu maior pilar”, a matéria afirma que “o trabalho informal vinha batendo recorde, atrás de recorde, reduzindo a taxa de desemprego”. Segundo dados do IBGE divulgados no mesmo dia 28, dos 4,9 milhões de vagas fechadas no trimestre, 3,7 milhões eram informais. São trabalhadores do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, MEI’s e trabalhadores familiares auxiliares, que provavelmente saem do mercado de trabalho “sem eira, nem beira”. Todavia, esse cenário já estava posto desde antes da pandemia, agravado pela reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional.

A desregulação e desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro fortalecerão uma economia de subsistência controlada por gangues, pelo narcotráfico, pelas milícias e por organizações políticas do submundo.

(*) *Maister F. da Silva é Graduando em Administração de Sistemas e Serviços de Saúde da UERGS.*

Publicação do Artigo

Fonte: Jornal Brasil de Fato

Edição: Sul 21